

Grace Mendonça, ministra da Advocacia Geral da União (AGU)

Ministra Grace Mendonça revela que hoje assina o 3º acordo de leniência com empreiteira envolvida na Lava Jato

minista da Advocacia Geral da União (AGU), Grace Mendonça, tem redobrado as ações do órgão para atuar como uma ferramenta extra no cumprimento das metas fiscais. Somente nos seis primeiros meses do ano, a AGU contribuiu com R\$ 27 bilhões para o Tesouro Nacional. As ações que recuperaram créditos ou evitaram perdas. Até o fim do ano, segundo ela, serão mais R\$ 60 bilhões. Em entrevista ao *Estado/Broadcast*, a ministra antecipou que assinará nesta segunda-feira o terceiro acordo de leniência com a Petrobras, o primeiro da operação Lava Jato. Os dois primeiros foram assinados com UTC e Bifinger. A reportagem apurou que, juntas, as três empresas vão devolver em torno de R\$ 650 milhões aos cofres públicos pelos danos causados. Mas, ao longo do inquérito, os principais trechos da entrevista.

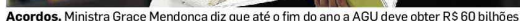
A AGU tem capacidade de buscar, no âmbito dos processos judiciais, demonstrar a plausibilidade dos interesses da União e com isso tentar evitar que os recursos públicos saiam indevidamente dos cofres ou mesmo, na eventualidade de uma liminar já deferida, de reverter as decisões judiciais, reavendo esses recursos. A AGU tem capacidade de contribuir para um momento desse, em que a questão fiscal está bastante evidente. Esses recursos reverterem em favor da sociedade. Mas, num momento como este, também amenizam um pouco esse déficit fiscal.

Nesses primeiros seis meses, seja na atuação arrecadatória seja no âmbito dos processos judiciais, a AGU já conseguiu reaver ou arrecadar algo em torno de R\$ 27 bilhões. A expectativa é que consigamos mais R\$ 60 bilhões até o final do ano. E essa expectativa decorre das ações já ajuizadas, das contestações já apresentadas em diversos processos. São ações de toda a natureza. Temos responsabilização da União, ações de natureza trabalhista, responsabilidade de empresas terceirizadas, ações do setor elétrico.

Em algumas ações, sim. Em especial, nas ações relacionadas às medidas econômicas já adotadas. Procuramos desenvolver da melhor forma possível a defesa de todas essas medidas em juízo, porque temos plena consciência de que uma decisão judicial contrária causa impacto imediato em toda programação da área econômica. Essas ações sempre recebem da AGU um tratamento absolutamente especial, justamente pela força deste impacto.

O STF já enfrentou esse tema recentemente. Nossa missão é demonstrar também o tratamento que os tribunais superiores estão dando à matéria. Houve um anúncio, mas a medida ainda não foi formalmente apresentada. Porém, há espaços interpretativos que dão suporte a essa tomada de decisão. Temos esta tranquilidade. Há precedentes, inclusive da suprema corte, que dão suporte à suspensão do pagamento, avançando um pouco mais em relação à data, quando não se tem forma orçamentária para fazer frente ao gasto.

- Quando se adia o aumento de



QUEM É

um ano para outro, não significa que há uma suspensão do reajuste naquele exercício?

Por óbvio, a partir do momento em que há uma lei prevendo um reajuste, o intuito do Estado é cumprir. Jamais se trabalha com a perspectiva de descumprimento da lei. Porém, a situação fiscal do País hoje é excepcional. E esta exceção

● Como está a procura das empresas para fechar acordos de leniência com a AGU?

A visão de um passado recente, de que os acordos não caminhavam, não avançavam, se superou. Tínhamos dificuldade de diálogo com os órgãos diretamente envolvidos. Mas procuramos trabalhar muito próximos ao Ministério da Transparência. Antes de assinarmos um acordo, ele é apresentado ao TCU. Temos uma tranquilidade de ajustarmos os pontos todos num trabalho muito mais ordenado. Desde que celebramos o primeiro (acordo) com a UTC, a fila começou a andar. Várias empresas passaram a procurar. Já assinamos dois acordos (UTC e

Bilfinger) e estamos prestes a assinar o terceiro no início da semana que vem. Ele está pronto, com todas as cláusulas dialogadas.

● Quantos estão em análise?
Caminhando bem tem em tor-

no de 11. O fato certo é que desde que assinamos o primeiro, nossos acordos de leniência passaram a serem vistos como uma solução para equacionar de uma vez por todas.

● E qual é o terceiro?
Não posso falar ainda

● É uma empreiteira?
Sim

● Diminuíram as críticas das empresas em relação aos valores? Não queremos fechar empresas. Agora, a lei exige que o ressarcimento do dano ao erário seja integral.



FUNEAS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ



PARANÁ

CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017
PROTÓCOLO Nº 14.287.608/6

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de órteses, próteses e materiais para auxílio à locomoção – OPALUD, para atender às necessidades do Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Mayer Xavier – CHR.

Prazo Máximo: R\$ 1.050.000,00.

Autorização: Diretoria Presidente de FUNEAS em 31/08/2017.

Retirada de Edital: a partir das 09:00 horas do dia 04/09/2017, na Comissão de Credenciamento – Rua 1417 Fátima ou no endereço eletrônico www.funeas.pr.gov.br

Entrega de documentação: até 17:30 horas do dia 27/09/2017.

Abertura e julgamento: às 14:00 horas do dia 28/09/2017, na Comissão de Credenciamento – Av. João Getúlio 1981, Univer – Curitiba/Paraná/Telexão 11333-700

Publicação em ordem de solicitação do nº 31, parágrafo 3º da Lei Estadual de Licitação 10.690/07.

Curitiba, 31 de agosto de 2017.

Marcelo Regina Santos
Presidente da Comissão

Ficam convocadas as empresas representadas por este Sindicato da Indústria de Alimentos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo, a ele associadas ou não, a comparecerem à reunião convocada para o dia 04 de setembro de 2014, às 14h, na sede social, na Praça Dom José Gaspar nº 30, 9º andar, em São Paulo, no dia 04 de setembro de 2014, para tratar da seguinte ordem do dia:

1º - **destinada à discutir e votar a seguinte ordem do dia:** atender aos pedidos nos artigos 182 e 259 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo em vista eventual renovação e alteração das normas de trabalho ora em vigor, previstas em legislação coletiva, havida no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, petroquímicos e farmacêuticos deste Estado, considerando as reivindicações por eles apresentadas, inclusive a instauração de instância, e a realização de greve, caso não seja possível a obtenção de acordo coletivo, deste Sindicato ou a quem este os delegar, para: conforme o caso, tomar medidas, extrajudiciais ou judiciais, perante as autoridades competentes, quanto às normas coletivas de trabalho, e a ratificação de providências eventualmente já tomadas por este Sindicato em virtude de decisão judicial ou administrativa. Observa-se, na primeira e segunda convocação, o "quorum" legal estatutário.

São Paulo, 04 de setembro de 2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PIRATINGA, vem convocar todos os associados em condições de votar desta entidade, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25 de setembro de 2016, às 9h30min, no salão de atos do próprio quôrum estatutário será realizada às 9h30 em 2º convênio com qualquer número de associados convocados presentes, à Rua Duque de Caxias, 25A, Centro, Piratininga/SP, CEP 17490-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos:
1) Deliberação sobre o balanço de 2015 e Pareceres do Conselho Fiscal;
2) Aprovação das contas dos exercícios dos anos de 2014, 2015 e 2016, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal.
Piratinga, 15 de setembro de 2016.

MANOEL BUENO CARDOZO JUNIOR - Presidente



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA DE PREFEITURAS
REGIONAIS**

Comunicado nº 23/SMPR/COGEL/2017

CONCORRÊNCIA Nº 02/SMPR/COGEL/2016

Processo Administrativo nº 2016-0.138.531-0

DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES

A Secretária Municipal das Prefeituras Regionais, através da Coordenadora Geral de Licitações - COGEL, **COMUNICA** a todos os interessados a republicação do edital para fazer constar as alterações em conformidade ao deliberado pelo Típicos de Contas do Sistema/SMPR. Fica resguardada a data da sessão pública para o dia 26.09.2017, às 10h00.

MPF Procuradoria
da República
em São Paulo

Nº Processo: 1.34.001.000663-2017-37. Objeto: concessão onerosa de uso de área, a título precário, para exploração de serviços de Cafeteria e Restaurante, no edifício sede da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Total de itens licitados: 2. Edital: 04/09/2017 de 12h00 às 18h00. Endereço: Rua Frei Caneca, 1.360 - Consolato - São Paulo - SP. Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2017 às 14h00 no site www.comprasempresariais.gov.br. Abertura das Propostas: 19/09/2017 às 14h00 no site www.comprasempresariais.gov.br.

[illegible]

An advertisement for 'Jornal do Carro'. The background is white with a light gray grid. On the left, there is a vertical strip of colorful circles containing icons: a car, a person, a gear, a magnifying glass, and a speech bubble. The main text is in a clean, sans-serif font. At the top, it says 'AQUI, AS NOTÍCIAS NUNCA PARAM.' followed by 'Fique por dentro do universo sobre rodas.' and 'COMPLETO E ORIGINAL DE FÁBRICA.' Below this is a blue rectangular button with the text '>> Acesse: jornaldocarro.com.br'. On the right side, there is a blue silhouette of a car. Above the car, there are several vertical lines in various colors (blue, green, yellow, orange, red, purple) that resemble a barcode or a stylized background element. At the bottom right, the logo 'Jornal do Carro' is displayed in a bold, black, sans-serif font, with 'do' in a smaller font size. Below the logo, the tagline 'PARA QUEM DIRIGE' is written in a smaller, black, sans-serif font.